



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Nº-146/2021 – CI/PMSDA.

Requerente: Comissão de Licitação

EDMILSON ALVES SANCHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Jarbas Passarinho, 77, Centro, Município de São Domingo do Araguaia, Estado do Pará, responsável pelo Controle Interno do Município de **SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**, nomeado nos termos da **PORTARIA Nº 020/2021**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do §1º do Art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **1º Termo Aditivo do contrato nº 20210083, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM CIRCUTO DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, NA VELOCIDADE DE 2MBPS, COM DISPONIBILIDADE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POPR DIA, DURANTE OS 07 (SETE) DIAS DA SEMANA, A PARTIR DE SUA ATIVAÇÃO ATÉ O TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL NOS PRÉDIOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ONDE FOR NECESSÁRIO PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA, Conforme quantidade abaixo:**

Secretaria de Administração: 700 megabytes;

Secretaria de Saúde: 300 megabytes;

Secretaria de Educação: 300 megabytes;

Secretaria de Assistência Social: 300 megabytes.

CONTRATADA: NET TELECOM COMUNICAÇÕES EIRELI.

APRECIAÇÃO:

Chegou a esta Diretoria do Controle Interno, para manifestação de visibilidade de parecer a legalidade de Aditivo Contratual ao **contrato nº 20210083, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM CIRCUTO DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, NA VELOCIDADE DE 2MBPS, COM DISPONIBILIDADE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POPR DIA, DURANTE OS 07 (SETE) DIAS DA SEMANA, A PARTIR DE SUA ATIVAÇÃO ATÉ O TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL NOS PRÉDIOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ONDE FOR NECESSÁRIO PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA, Conforme quantidade descrito acima.**



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



Trata-se de procedimento de Aditivo de alteração contratual visando reajustes no contrato Administrativo nº **20210083**, referente ao **Processo Licitatório na modalidade Pregão nº 9/2021-05/PMSDA**, conforme diploma legal, Art. 65, Inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93, com **Vigor a partir da data de sua publicação**.

Nos autos do processo consta Ofício da Secretária Municipal de Educação, solicitando autorização para realização do aditivo de alteração contratual do contrato 20210083, Despacho ao Ilmo. Sr. Procurador do Município, solicitando parecer Jurídico referente ao processo aditivo de alteração de contrato, **PARECER JURÍDICO AO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20210083**, Despacho ao Controlador Interno, **AUTORIZAÇÃO** da Excelentíssima Sra. Prefeita a elaboração do respectivo Termo Aditivo.

No dia 02 de setembro de 2021, a procuradoria Jurídica emite parecer concluindo pela legalidade do **REALINHAMENTO DE PREÇO e REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, DO 1º TERMO ADITIVO** do contrato Administrativo nº **20210083**, uma vez que os mesmos se encontram em conformidade ao Art. 65, Inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/93, sendo medida possível legalmente, consoante os fatos e fundamentos jurídicos trazidos à tona.



Consta também, despacho do dia 02 de setembro de 2021 da Excelentíssima Senhora Prefeita ao Diretor do Controle Interno, solicitando emissão de Parecer desta Unidade sobre a legalidade do Termo Aditivo de alteração contratual do **Contrato Administrativo nº 20210083**, para o Objeto: Acima descrito, para a Contratada: **NET TELECOM COMUNICAÇÕES EIRELI**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO TERMO ADITIVO

O procedimento do Aditivo Contratual, está amparado legalmente o que determina a Lei de Licitação nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Art. 65, Inciso II, alínea “d”.

CONCLUSÃO:

Esta Diretoria do Controle Interno – DCI, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos autos procedimentais, conclui-se, que com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo se encontra, legalmente amparado pela Lei acima supracitada. Diante do interesse público devidamente justificado, o Controle Interno do Município de São Domingos do Araguaia/Pa., emite **PARECER FAVORAVEL ao 1º Termo Aditivo de alteração contratual acima descrito, e que o mesmo seja dado publicidade**.

	<p>ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA CNPJ 83.211.391/0001-10 Gabinete da Prefeita</p>	
---	--	---

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer.

SMJ.

São Domingos do Araguaia (PA), 02 de setembro de 2021.

Edmilson Alves Sanches
Diretor do Controle Interno
Portaria nº 020/2021 – GP/DAS